



Ninguém atira a primeira pedra

PODER Com chantagens e afagos, Eduardo Cunha equilibra-se entre governo e oposição

POR RODRIGO MARTINS

NA QUARTA-FEIRA 21, deputados da oposição e líderes de movimentos de rua entregaram ao deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara, um novo pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff, o 32º. Como de praxe, o peemedebista abriu as portas de seu gabinete à trupe e sorriu para os fotógrafos, além de prometer celerida-

de na avaliação da papelada. Nos inflamados discursos anticorrupção, em nenhum momento os oposicionistas mencionaram o nome de Cunha, denunciado pela Procuradoria-Geral da República por receber propina da Petrobras e de ser titular de contas milionárias na Suíça.

Não fosse a decisão do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, de negar o sigi-

lo no inquérito contra o peemedebista e de determinar o bloqueio de 9,4 milhões de reais do deputado depositados no exterior, Cunha poderia continuar a posar como se nada tivesse acontecido. A oposição continua a oscilar entre a água e o vinho em relação ao presidente da Câmara e o governo evita um confronto aberto por temer retaliações. No inverso do episódio bíblico, ninguém é capaz de atirar a primeira pedra, apesar dos estímulos.

Começemos pela oposição. Na terça-feira 20, os líderes do PSDB, DEM e PPS convocaram uma coletiva de imprensa no Salão Verde da Câmara para defender o afastamento de Cunha do comando da Casa. O constrangimento da turma era evidente. Como manter a defesa do aliado após a revelação dos comprovantes das contas na Suíça, com a assinatura do deputado e cópia de seu passaporte? Na envergadura declarada, as lideranças diziam

Seu País

apoiar as investigações conduzidas pelo Conselho de Ética da Câmara, mas pouparam o peemedebista. “Dilma é a mãe do petrolão como o Lula é o pai do mensalão. O processo do Cunha é derivado do petrolão e está em andamento aqui”, resumiu Rubens Bueno, do PPS.

Nos bastidores, os opositoristas continuam a lastrear Cunha, na esperança de que ele venha a abrir um processo de *impeachment* da presidenta. Segundo versão consolidada no noticiário, o tucano Aécio Neves e o ex-comunista Roberto Freire dissuadiram os deputados de publicar uma nova nota crítica ao presidente da Câmara. Optou-se pela breve declaração, de teor ameno. No plenário na Câmara, apenas parlamentares do PSOL e da Rede colocaram em xeque a legitimidade do peemedebista para continuar no comando da Casa.

“Na verdade, o *impeachment* virou moeda de troca, um instrumento de chantagem política. O silêncio dos campos mais fortes da Câmara, seja da oposição de direita, seja da base governista, deve-se a esse jogo de interesses”, avalia o deputado Chico Alencar, líder do PSOL. “Mas acho difícil o Cunha usar esse trunfo tão cedo. Como ele próprio observou num encontro com líderes da oposição, se ele derrubar Dilma hoje, amanhã será derrubado pelos seus aliados de conveniência.”

Na tentativa de recompor sua frágil base, os governistas evitam qualquer comentário sobre os malfeitos do “adversário”. Em viagem oficial à Suécia, Dilma Rousseff caiu na tentação de analisar as denúncias contra o parlamentar, e quase colheu uma tempestade. “Lamento que seja um brasileiro”, disse a presidenta. “Lamento que o maior escândalo de corrupção seja com um governo brasileiro”, rebateu Cunha.

Diante da troca de farpas, coube ao ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, pedir a parlamentares da base para “baixar a temperatura”. Há muito em jogo. Além



Funeral. Não se poderia esperar outro fim para a CPI da Petrobras. Alencar, do PSOL, foi um dos poucos a protestar



da ameaça do *impeachment*, o governo depende de apoio para destravar uma série de projetos com impacto sobre a arrecadação federal, entre eles, a repatriação de dinheiro de brasileiros no exterior, a proposta de Desvinculação das Receitas da União, sob a análise da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e o espinhoso debate sobre o retorno da CPMF.

Na CPI da Petrobras, a conveniência uniu governistas e parlamentares leais a Cunha. O relatório do petista Luiz Sérgio, aprovado na madrugada da quinta-feira 22, não pediu o indiciamento de nenhum político citado na Lava Jato. O único a “pagar o pato” foi João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, preso desde abril. A inclusão de Vaccari, que não constava na versão original do texto, foi feita de última hora, a pedido de um dos sub-relatores da comissão, André Moura, do PSC.

VALTER CAMPANATO/ABR; DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO E LÚCIO BERNARDO JR



Cunha sabe: se Dilma cair, ele passa a ser o primeiro na fila da degola

as práticas à Petrobras, mas se omite ao não cobrar punição aos políticos responsáveis pelas fraudes e desvios na estatal”, protesta o deputado Ivan Valente, do PSOL. Luiz Sergio justificou que, no início dos trabalhos, o plenário da CPI concordou em centrar o foco nos empreiteiros e operadores do esquema. “Devido ao grande número de políticos citados, a maioria da comissão avaliou que os parlamentares envolvidos no escândalo deveriam ser ouvidos, investigados e eventualmente cassados pelo Conselho de Ética da Câmara ou do Senado, foro apropriado para julgá-los.”

Sem surpresas na CPI, sem novidades no novo pedido de *impeachment*. Segundo Miguel Reale Jr., um dos autores da peça, o cartapácio é uma “reordenação, acrescentando referência à decisão do Tribunal de Contas da União”, que ainda não havia ocorrido. “Nos pediram para fazer um recorte e cola, e nós, com grande esforço intelectual, fizemos”, admite o advogado tucano.

Líder do governo na Câmara, o deputa-



Justiça. O ministro Zavascki destoa do clima de “deixa disso”, em Brasília

do petista José Guimarães fez pouco caso da iniciativa. “É a mesma música, a mesma nota no mesmo tom.” O colega de partido Paulo Teixeira vai além: considera a nova peça uma “chicana jurídica” da oposição, para burlar as liminares concedidas pelo STF que suspenderam a tramitação dos pedidos anteriores.

Apesar da pressão, o Palácio do Planalto ganhou novo fôlego para recompor a base, sobretudo após a cúpula do PMDB cancelar um encontro marcado para novembro, no qual Cunha pretendia defender o desembarque de seu partido do governo. Diante das incertezas quanto ao destino do presidente da Câmara, a legenda decidiu realizar neste mês apenas um encontro da Fundação Ulysses Guimarães, sem caráter decisório. A convenção nacional permanece agendada para março de 2016.

O vice-presidente, Michel Temer, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani, eram refratários à ideia de romper com o governo menos de um mês após a legenda ampliar sua participação na Esplanada. O partido passou a controlar sete pastas, duas a mais que antes, incluindo o Ministério da Saúde e seu orçamento de 121 bilhões de reais.

Durante a reforma ministerial, Picciani atuou como um dos principais interlocutores do Planalto. À época, 22 deputados do partido, um terço da bancada na Câmara, assinaram um manifesto contra a indicação de peemedebistas para ministérios. “Dessa lista, nem todos são contra o governo. Uns 10 ou 12 deputados da nossa bancada fazem realmente oposição. A posição majoritária é de contribuir para a governabilidade”, afirma Picciani.

O líder do PMDB diz confiar na permanência de Dilma: “A oposição não tem argumentos para justificar o *impeachment* senão o inconformismo com o resultado das eleições. Quem venceu, governa. É assim que deve ser. Não votei em Dilma, mas respeito as urnas”. •

Os 23 deputados e 13 senadores investigados no escândalo foram poupados.

De nada adiantaram os protestos de deputados do PSOL e do PSDB para tentar prorrogar a investigação, que durou oito meses, ou ampliar o escopo de indiciados. Os tucanos, liderados por Antonio Imbassahy, solicitaram o aprofundamento das investigações em relação a Dilma, ao ex-presidente Lula e ao ministro Edinho Silva, da Comunicação Social. Pediram ainda abertura de inquéritos contra os ex-ministros Antonio Palocci, José Dirceu, Guido Mantega, Gilberto Carvalho e Ideli Salvatti. O PSOL, por sua vez, solicitou o indiciamento de quatro parlamentares: Eduardo Cunha, o deputado Arthur Lira, do PP, e os senadores Fernando Collor (PTB) e Benedito de Lira (PP), todos denunciados ao STF.

“O relatório apresenta sugestões de bo-

